

O envelhecimento demográfico

J. MANUEL NAZARETH *

1. O ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO

A perspectiva demográfica de analisar determinados problemas sociais contemporâneos tem merecido uma maior atenção nos últimos tempos por parte do poder político. A questão do envelhecimento não é uma excepção.

O peso do terceiro mundo na população mundial, as causas e as consequências da evolução demasiado rápida da sua população, fizeram com que durante muito tempo a atenção estivesse quase exclusivamente concentrada no binómio população-recursos. São as questões de controlo dos nascimentos, da distribuição espacial da população (o fenómeno urbano), das migrações, dos recursos (renováveis e não renováveis), que prendem predominantemente a atenção dos cientistas sociais e do público em geral.

Contudo, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, um novo fenómeno emergiu nas sociedades desenvolvidas — o envelhecimento demográfico. Não se trata de uma nova praga ou doença (não existe nenhuma doença chamada envelhecimento), mas de uma simples constatação quantitativa: o número de velhos está a aumentar preocupantemente. Um exame mais cuidadoso desta evolução numérica permitiu precisar com um pouco mais de detalhe o fenómeno com que estávamos a ser confrontados.

Em primeiro lugar, em termos demográficos, existem dois tipos de envelhecimento: na base e no topo. O primeiro tipo de envelhecimento ocorre quando a percentagem de jovens começa a diminuir de tal forma que a base da pirâmide de idades fica bastante reduzida. O envelhecimento no topo ocorre quando a percentagem de idosos aumenta, fazendo assim com que a parte superior da pirâmide de idades comece a empolar, em vez de se alongar, como acontece nas sociedades típicas do Antigo Regime, ou nos países não desenvolvidos. É evidente que estes dois tipos de envelhecimento demográfico estão necessariamente ligados entre si. A diminuição percentual do grupo dos jovens implica necessariamente um aumento proporcional dos outros dois grupos. Contudo, devido à existência de movimentos migratórios, nem sempre assim acontece.

Em segundo-lugar, a nível das causas, durante muito tempo pensou-se que esta explosão da terceira idade era uma consequência directa do aumento da esperança de vida. Por outras palavras, existiam mais idosos pela simples razão de que cada vez se morria mais tarde. A investigação empírica não veio a confirmar este ponto de vista. A mortalidade, ao declinar, actua predominantemente nos primeiros grupos de idades. Os filhos passam a sobreviver em cada vez maior número, em particular a partir do primeiro ano de vida, fazendo assim com que mais tarde os efectivos que irão atingir a população em idade fértil aumentem. Os nascimentos aumentarão sempre enquanto durar o processo de declínio da mortalidade.

* Prof. Catedrático de Demografia da Universidade Nova de Lisboa.

Não foi pois o declínio da mortalidade o responsável pelo envelhecimento demográfico observado no mundo desenvolvido em geral e na Europa em particular. O principal factor natural responsável por este fenómeno foi o declínio da natalidade, ou mais precisamente, da fecundidade. Uma redução no número de nascimentos, vai produzindo na estrutura etária de uma população uma redução progressiva dos efectivos mais jovens (envelhecimento na base) e consequentemente um aumento da importância relativa dos mais idosos (envelhecimento no topo). O envelhecimento demográfico do continente europeu é uma consequência directa do acentuado declínio da fecundidade observado nas últimas dezenas de anos.

É verdade que o fenómeno do envelhecimento não é um processo exclusivamente natural. Embora seja a dinâmica das inter-relações entre a mortalidade e a natalidade que transmite uma certa unidade ao processo, não é possível ignorarmos que o conceito de nicho ecológico humano é algo de muito particular. O homem é um ser dotado de uma grande mobilidade. As migrações ao serem selectivas produzem necessariamente impactos estruturais importantes. Se um país, ou uma região, é receptor de população, os activos em geral aumentam. Este aumento implica a existência de uma diminuição nos outros dois grandes grupos de idades: os jovens diminuem proporcionalmente (logo temos um envelhecimento na base) e os velhos também diminuem proporcionalmente (o que implica um rejuvenescimento no topo). Consequentemente, num país receptor de mão-de-obra, o aumento da importância dos idosos pode diminuir sensivelmente. Inversamente, num país tradicionalmente exportador de mão-de-obra, a tendência natural para o envelhecimento — consequente ao declínio da fecundidade — é acentuada pelos movimentos migratórios.

Um outro aspecto do envelhecimento demográfico diz respeito aos aspectos diferenciais no que diz respeito ao sexo. A sobremortalidade masculina, observada universalmente em todas as idades, produz um acentuado desequilíbrio entre os sexos sobretudo nos últimos grupos etários. As mulheres idosas são em geral o dobro, ou o triplo, em relação aos idosos. Esta sobremortalidade masculina (que se traduz numa diferença importante nos valores da esperança de vida) e que durante muito tempo se pensava ser uma consequência de a mulher ter um menor desgaste que o homem, não mostra sinais de atenuamento. Pelo menos, no horizonte das próximas dezenas de

anos, o número de idosas será sempre maior do que o número de idosos.

Finalmente, o último aspecto do envelhecimento demográfico diz respeito ao progressivo aumento dos efectivos nas idades mais avançadas, integradas no grupo global dos idosos. Semelhante fenómeno é particularmente observável em países onde a esperança de vida é bastante elevada.

2. O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA

A forma mais correcta de analisarmos o envelhecimento da população portuguesa, tanto a nível global como a nível regional, e de compararmos esse envelhecimento com o observado na generalidade dos países europeus, seria a de construirmos as pirâmides de idades correspondentes a cada um dos decénios. Seria um trabalho moroso e até mesmo inútil.

A evolução das estruturas de uma população pode ser resumida através dos três grandes grupos de idades: o grupo dos jovens (0-19 anos ou 0-14 anos), o grupo dos potencialmente activos (20-59 anos ou 15-64 anos) e o grupo dos idosos (60 e mais anos ou 65 e mais anos). A sua leitura, conforme vimos anteriormente, é simples e de inegável interesse científico. Começemos por situar o nosso país no contexto europeu.

A Europa do Norte e a Europa Ocidental têm os países mais envelhecidos quer na base quer no topo. A R. F. da Alemanha e a Suécia aparecem-nos incontestavelmente como os países mais envelhecidos (o primeiro com 17% de jovens e 15% de idosos e, o segundo país, com 19% de jovens e 16% de velhos). Tal não significa que estes dois países sejam particularmente diferenciados dos outros. Na realidade, a maior parte dos países destas duas regiões da Europa têm percentagens de jovens que rondam os 20% e percentagens de velhos que rondam os 15%.

As raras excepções que encontramos a este padrão de muito envelhecidos ou muito duplamente envelhecidos são a Irlanda e a Islândia, visto serem países com um ritmo de crescimento natural muito elevado quando situados no contexto europeu. Mais do que nunca, a célebre frase de A. Sauvy se aplica a

esta situação: «Os países têm que optar por crescer ou envelhecer» (Sauvy, 1966). A generalidade dos países destas duas regiões europeias optaram por envelhecer uma vez que não se observa, numa óptica temporal, nenhuma tendência para a estabilização.

Situação bem diferente é a dos países da Europa Oriental. A generalidade dos países que a integram são apenas envelhecidos na base, notando-se em vários casos a tendência inversa à observada nos

países da Europa do Norte e da Europa Ocidental, ou seja, uma tendência para o rejuvenescimento. Na realidade, se excluirmos o caso da Albânia, que pertence à Europa do Sul, existem países onde nos últimos anos, a importância dos jovens tem vindo a aumentar (Checoslováquia, Hungria, Polónia e Roménia). A Bulgária estabilizou a tendência ao envelhecimento e apenas a Alemanha Oriental continua com um processo de envelhecimento na base.

Quadro 1

Importância dos jovens e dos velhos na Europa, nos anos 1976, 1980 e 1985

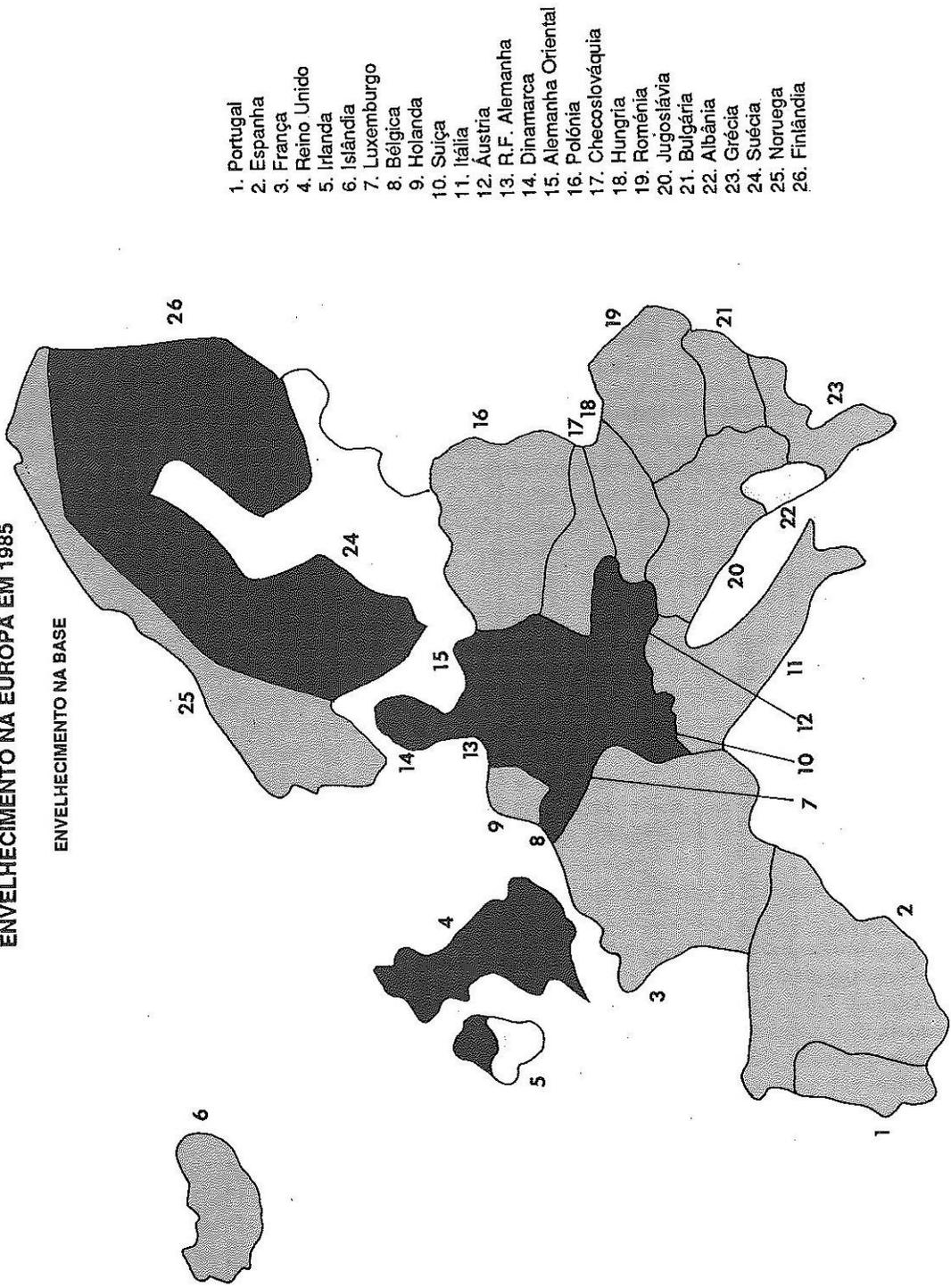
	<i>População com menos de 15 anos (%)</i>				<i>População com mais de 65 anos (%)</i>			
	<i>1976</i>	<i>1980</i>	<i>1985</i>	<i>Variação 76/85 (%)</i>	<i>1976</i>	<i>1980</i>	<i>1985</i>	<i>Variação 76/85 (%)</i>
EUROPA	24	24	22	- 8,3	12	12	13	+ 8,3
E. DO NORTE	24	23	21	- 12,5	13	14	15	+ 15,4
Dinamarca	23	22	20	- 13,0	13	14	15	+ 15,4
Finlândia	23	22	20	- 13,0	10	11	12	+ 20,0
Islândia	30	30	27	- 10,0	9	9	10	+ 11,1
Irlanda	31	31	31	—	11	11	11	—
Noruega	24	24	21	- 12,5	14	14	15	+ 7,1
Suécia	21	21	19	- 9,5	15	15	16	+ 6,6
Reino Unido	24	23	20	- 16,7	14	14	15	+ 7,1
E. OCIDENTAL	23	22	20	- 13,0	13	14	14	+ 7,7
Áustria	24	23	20	- 16,7	15	15	15	—
Bélgica	23	22	20	- 13,0	14	14	14	—
França	24	24	22	- 8,3	14	14	13	- 7,1
R. F. Alemanha	22	21	17	- 22,7	14	15	15	+ 7,1
Luxemburgo	20	20	19	- 5,0	13	13	13	—
Holanda	26	25	22	- 15,4	11	11	12	+ 9,1
Suíça	23	22	19	- 17,4	12	13	14	+ 16,7
E. ORIENTAL	23	23	24	+ 4,3	11	11	11	—
Bulgária	22	22	22	—	11	11	12	+ 9,1
Checoslováquia	23	23	25	+ 8,7	12	12	11	- 8,3
Al. Oriental	22	21	19	- 13,6	16	16	15	- 6,3
Hungria	20	21	22	+ 10,0	12	13	13	+ 8,3
Polónia	24	24	25	+ 4,2	9	10	10	+ 11,1
Roménia	25	25	27	+ 8,0	9	10	10	+ 11,1
E. DO SUL	26	26	24	- 7,7	10	11	12	+ 20,0
Albânia	40	37	35	- 12,5	5	5	5	—
Grécia	24	24	22	- 8,3	12	12	13	+ 8,3
Itália	24	24	21	- 12,5	12	12	14	+ 16,7
Malta	26	25	24	- 7,7	9	9	9	—
Portugal	27	28	26	- 3,7	10	10	11	+ 10,0
Espanha	28	28	26	- 7,1	10	10	11	+ 10,0
Jugoslávia	26	26	24	- 7,7	8	9	9	+ 12,5

FONTE: (P. R. BUREAU, 1976/85)

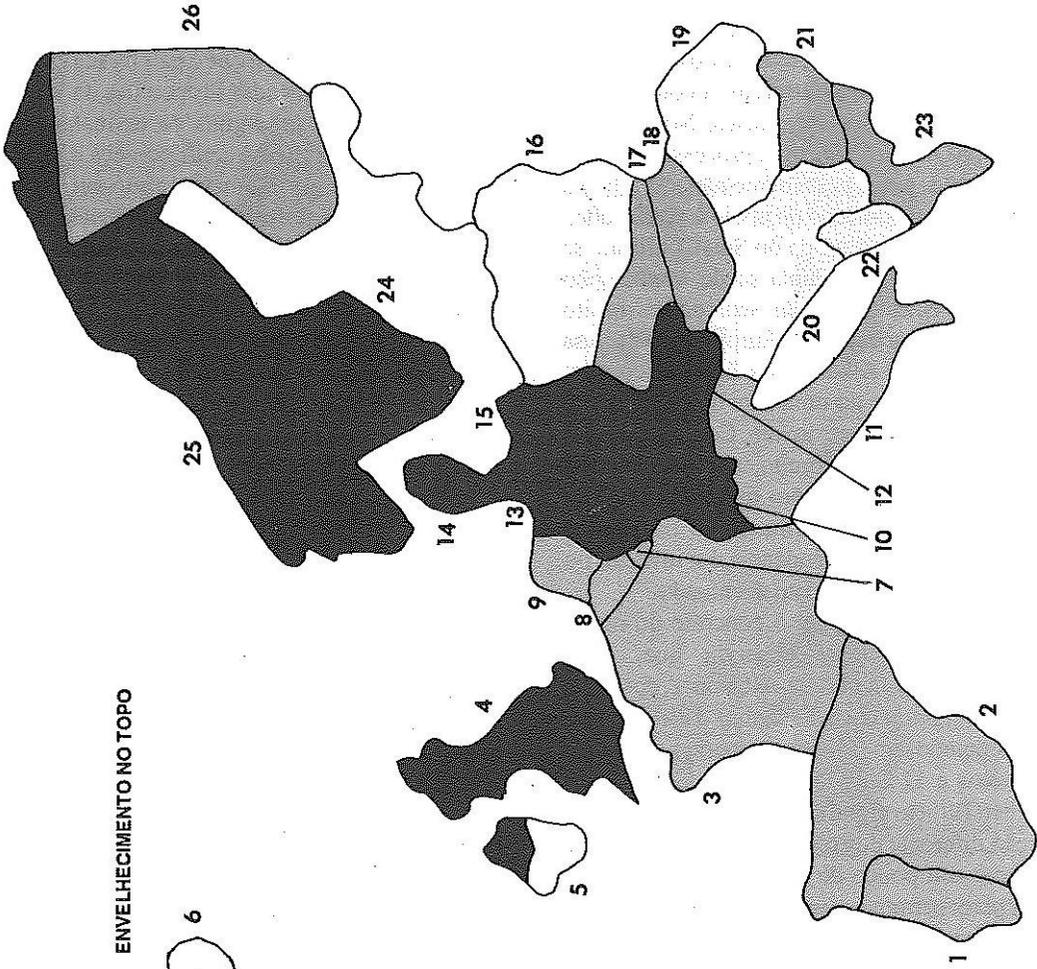
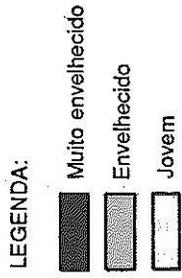
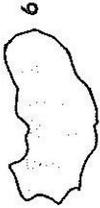
FIGURA 1

ENVELHECIMENTO NA EUROPA EM 1985

ENVELHECIMENTO NA BASE



ENVELHECIMENTO NO TOPO



No que diz respeito ao envelhecimento no topo, a situação ainda é mais interessante. Não só a leitura numérica nos transmite uma ideia da estabilização da chamada «explosão demográfica da terceira idade», como encontramos países jovens no topo: a Roménia e a Polónia. Mais interessante ainda é o facto de, com excepção da Alemanha Oriental, todos os outros países envelhecidos se encontrarem já com valores muito próximos daqueles dois países. No seu conjunto, a Europa Oriental, está num processo de duplo rejuvenescimento, a que certamente não são alheios as recentes medidas tomadas de apoio à natalidade.

Finalmente temos a Europa do Sul. Conforme se pode facilmente observar, trata-se de uma região duplamente envelhecida, ainda sem países muito envelhecidos, como acontece na Europa do Norte e na Europa Ocidental. A Albânia é a única excepção. Como consequência de ter uma taxa de crescimento muito elevada, é duplamente jovem. Contudo, o facto de não termos nenhum país muito envelhecido nesta região não nos deve fazer supor que esta região se encontra num processo semelhante ao da Europa Oriental. Pelo contrário, a tendência é a inversa, ou seja, a do duplo envelhecimento acentuado.

No que diz respeito ao caso concreto do nosso país, podemos facilmente observar que, com excepção do caso particular da Albânia, é dos mais jovens (em conjunto com a Espanha) da Europa do Sul. Apresentando em 1985 uma percentagem de 26% de jovens e 11% de idosos é moderadamente envelhecido. Tal não significa que tenha um padrão de evolução diferente dos restantes países europeus. Existe apenas um pouco de atraso no tempo. Contudo, para percebermos a verdadeira dinâmica deste processo no nosso país temos que introduzir dois vectores adicionais de análise — o temporal e o regional. Utilizaremos agora o critério de medição 0-19 anos para os jovens e 60 e mais anos para os idosos.

Ao nível global do país podemos afirmar que as percentagens de jovens são mais ou menos constantes até 1930 (43,2% em 1900 e 41,9% em 1930) e apenas a partir desta última data, começamos a observar um nítido envelhecimento na base (em 1980 os jovens representavam apenas 34,3% do total da população).

A evolução das proporções de pessoas idosas não se afasta substancialmente do apontado para o envelhecimento na base. Na realidade, até 1930, as proporções de idosos são mais ou menos constantes (9,6% em 1900 e 1930). A partir desta última data, o envelhecimento no topo acentuou-se consideravel-

mente, sobretudo nos últimos vinte anos (em 1980, 15,8% de idosos).

Mas, será que esta evolução global oculta evoluções muito diferenciadas a nível regional? A análise dos valores distritais respeitantes à evolução do envelhecimento na base revela que até 1930, ou seja, até ao momento em que o país na sua globalidade se manteve com elevadas proporções de jovens, não existiam assimetrias dignas de assinalar. A partir desta altura, progressivamente começa a acentuar-se a existência de uma assimetria norte-sul. Assim, em 1970, encontramos um grupo de distritos situados a norte do continente português (Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real, Bragança, Aveiro, Viseu) com uma elevada percentagem de jovens (todos os distritos têm valores superiores a 38%). No sul, pelo contrário, encontramos distritos (Lisboa, Setúbal, Santarém, Portalegre, Évora, Beja e Faro) bastante envelhecidos na base (todos os distritos têm valores inferiores a 32%). Entre estas duas regiões estão os distritos que, em geral, apresentam valores de transição. Nas Ilhas, sem entrar em linha de conta com a sua normal diversidade interna, verificam-se as características observadas nos distritos do norte do país.

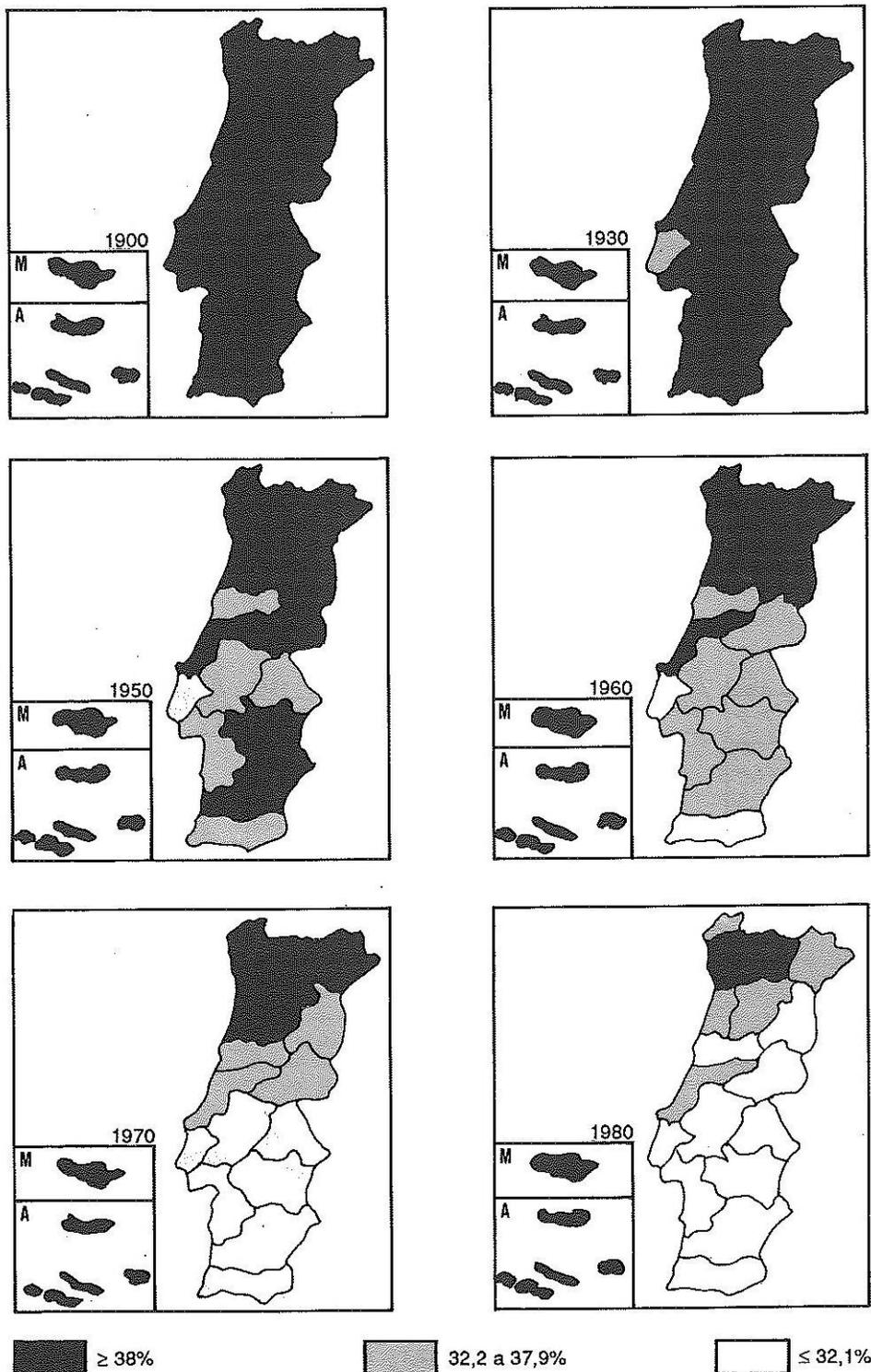
Em 1980, encontramos sensivelmente as mesmas características de 1970 embora se observe um ligeiro atenuar das assimetrias anteriormente apontadas. Tal facto é sobretudo devido a um acelerar do envelhecimento na base dos distritos tradicionalmente pouco envelhecidos.

Se analisarmos o envelhecimento no topo verificamos, em primeiro lugar, que a perda de homogeneidade é mais tardia — começa em 1960. Em segundo lugar, verificamos que o sentido das assimetrias é bastante diferente: é todo o interior, de norte a sul do país, acrescido dos distritos de Faro, Coimbra e Viana do Castelo, que nos aparece muito envelhecido no topo em 1980, enquanto o litoral ainda permanece relativamente jovem.

Como nota final a esta análise do envelhecimento demográfico da população portuguesa, resta-nos explicitar que as regiões de maior crescimento são em geral as menos envelhecidas no topo. Ora, como sabemos que a repulsão populacional provoca um envelhecimento no topo, e que a atracção populacional provoca um rejuvenescimento, não é difícil concluir que o litoral tem dominantemente crescido à custa do interior, provocando nesta última região um acentuar do envelhecimento causado pelo declínio da fecundidade.

FIGURA 2

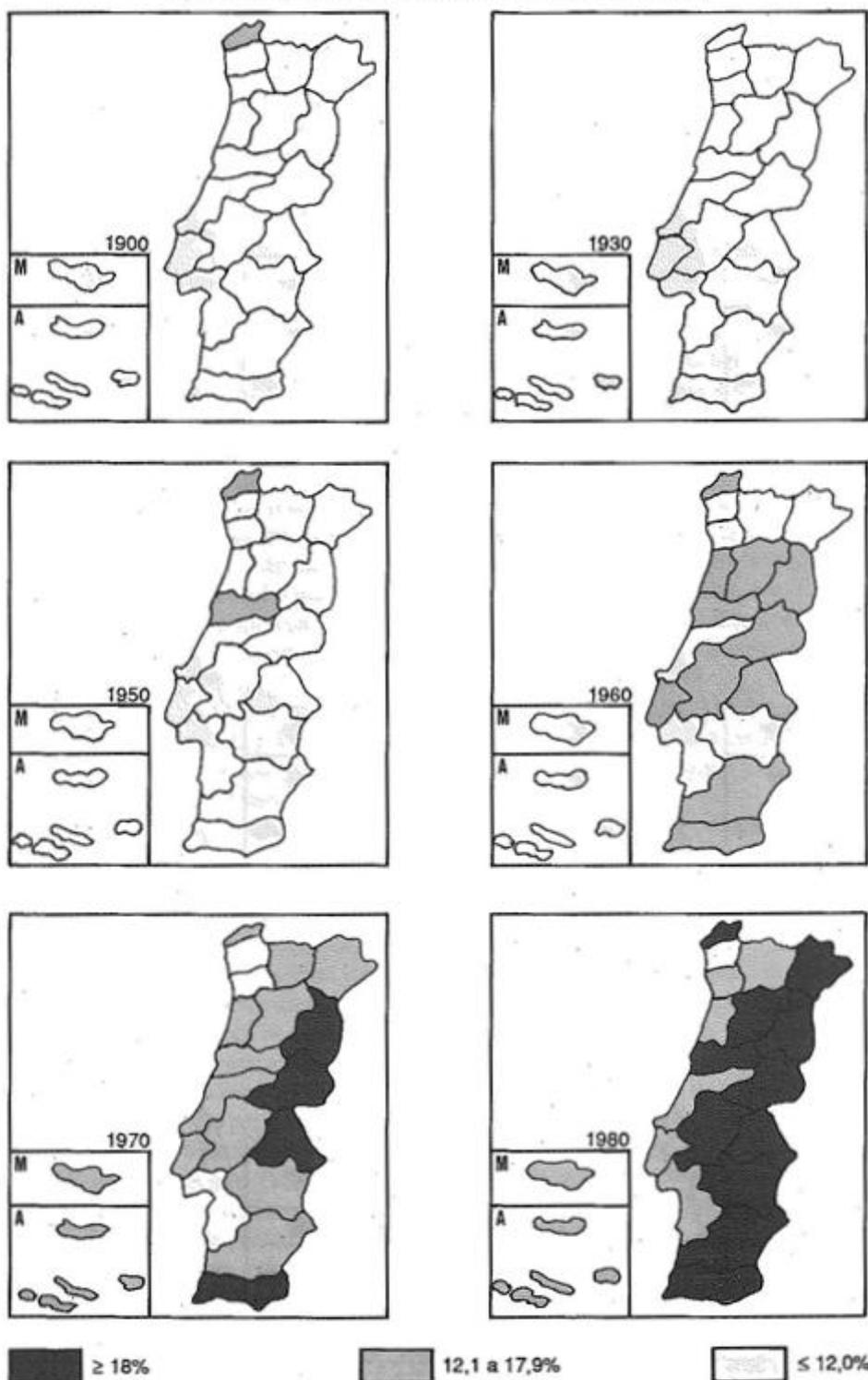
ENVELHECIMENTO NA BASE, POR DISTRITOS, DE 1900 A 1980
(PERCENTAGEM DE JOVENS COM MENOS DE 19 ANOS)



FONTE: (Nazareth, 1985)

FIGURA 3

ENVELHECIMENTO NO TOPO, POR DISTRITOS, DE 1900 A 1980
(PERCENTAGEM DE PESSOAS COM MAIS DE 60 ANOS)



FONTE: (Nazareth, 1985)

3. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA

a) Não existe consenso entre as grandes teorias que tradicionalmente se têm ocupado das relações entre a evolução demográfica e a evolução económica e social.

A teoria malthusiana dominou o estudo das relações entre a economia e a população durante mais de um século e, nos dias de hoje, ainda continua a ser muito influente. Para os malthusianos, a potencialidade de crescimento de uma população, na ausência de obstáculos, é infinita; a oferta de subsistências é limitada, devido ao mundo ser finito e à intervenção

da lei dos rendimentos decrescentes. Nestas condições, a propensão da população para um crescimento superior aos recursos, faz pressão sobre os salários que tendem a fixar-se a um nível equivalente ao mínimo de subsistências. A essência do modelo malthusiano é mostrar que mesmo na existência de um progresso técnico, a dinâmica população-recursos exclui qualquer possibilidade de melhoria permanente do rendimento.

A teoria do óptimo da população é numa certa medida uma adaptação da teoria malthusiana. Desenvolve o seu raciocínio, numa fase inicial, em situação de economia fechada — os recursos, o *stock* de capital, a tecnologia são constantes. O único factor variável é a população. A questão central desta teoria formula-se nos seguintes termos: qual o efectivo de

Quadro 2

Níveis de envelhecimento, em Portugal e nas Regiões, no período 1930-1980

ENVELHECIMENTO NA BASE (0-19 ANOS EM %)					
	1930	1950	1960	1970	1980
PORTUGAL	41,9	39,1	37,6	36,9	34,3
Algarve	42,0	35,0	31,6	28,7	28,0
Alentejo	42,8	38,0	33,1	29,9	28,3
A. M. Lisboa	34,8	30,1	28,5	30,2	30,3
Centro Lit.	43,2	40,6	38,2	36,8	33,4
N. C. Int.	43,3	41,5	39,1	35,7	31,2
A. M. Porto	42,8	41,0	41,4	41,4	38,1
N. Litoral	44,4	45,8	46,2	47,6	43,2
Madeira	46,2	45,7	44,0	45,6	41,8
Açores	45,6	42,8	44,9	41,2	39,3

ENVELHECIMENTO NO TOPO (60 E MAIS EM %)					
	1930	1950	1960	1970	1980
PORTUGAL	9,6	10,0	11,7	14,4	15,8
Algarve	9,8	12,9	14,9	20,2	23,4
Alentejo	8,4	10,0	11,7	16,6	20,6
A. M. Lisboa	8,9	10,6	12,4	14,0	14,6
Centro Lit.	10,7	10,8	12,0	14,6	16,5
N. C. Int.	10,9	11,5	13,6	20,0	23,4
A. M. Porto	8,1	9,0	9,8	11,2	12,2
N. Litoral	9,4	9,2	9,7	11,1	12,0
Madeira	8,4	8,3	9,9	12,4	14,2
Açores	9,9	8,1	8,8	11,1	15,8

FONTE: (NAZARETH, 1985)

população que maximiza o rendimento per capita? A resposta é dada pela lei dos rendimentos decrescentes: o ponto óptimo é aquele onde a produtividade média é máxima, isto é, o ponto onde as curvas de produção marginal e da produtividade média se intersectam.

A teoria da pressão-criadora admite existir uma relação entre a população e os recursos (ou mais precisamente entre a população e a produção alimentar). Todavia, contrariamente ao ponto de vista malthusiano, não é a população que se ajusta ao processo produtivo, mas o inverso. A ideia fundamental é a de que a pressão demográfica favorece a divisão do trabalho e as economias de escala.

O debate entre os defensores destas grandes teorias está longe de estar terminado mas, enquanto os debates académicos continuam, a realidade demográfica da generalidade dos países desenvolvidos foi envelhecendo... a excessiva preocupação com o binómio população-recursos levou a minimizar, numa primeira fase, a importância de um outro binómio — o do crescimento-envelhecimento.

Portugal, tal como os restantes países europeus, pertence a um bloco que em termos simples é caracterizado pela existência de uma baixa fecundidade, uma baixa mortalidade, um acentuado envelhecimento, uma diminuição importante na dimensão média dos agregados familiares e ritmos de crescimento próximos de zero. Nestes termos, as questões

teóricas apresentadas, no caso concreto do nosso país — como aliás, de qualquer outro país desenvolvido — transforma-se numa questão única, globalizante: quais são as consequências da passagem de uma população de crescimento positivo a uma população de crescimento zero (ou negativo) com acentuados níveis de envelhecimento? Limitar-nos-emos a analisar três aspectos essenciais: os efeitos da evolução demográfica recente sobre a capacidade produtiva, sobre o dinamismo do sistema económico e sobre os equilíbrios sectoriais.

b) A incidência do envelhecimento demográfico de uma população na capacidade produtiva, ou seja, na oferta de trabalho, reveste três aspectos distintos: as relações entre a evolução demográfica e a evolução da população em idade activa, a passagem deste último tipo de população à população realmente activa, a diferenciação entre a população activa empregada e a população activa no desemprego.

A passagem de uma população com elevados níveis de fecundidade e de estrutura jovem para uma população com baixos níveis e de estrutura envelhecida, não altera de forma sensível o rácio de dependência total, ou seja, a relação entre os potencialmente activos e inactivos (considerando os primeiros como os que pertencem ao grupo etário 15-64 anos e os últimos como pertencendo aos grupos 0-14 anos e 65 e mais anos). No caso concreto do nosso

Quadro 3

Evolução dos Rácios de Dependência dos Jovens (total de jovens por cada 100 potencialmente activos), dos Velhos (total de idosos por cada 100 potencialmente activos) e total (total de jovens e idosos por cada 100 potencialmente activos), no período 1980-2000

REGIÕES	Rácio Dep. Jovens		Rácio Dep. Velhos		Rácio Dep. Total	
	1980	2000	1980	2000	1980	2000
Algarve	33,4	24,6	25,1	26,5	58,5	51,1
Alentejo	32,7	24,0	25,5	31,9	58,2	55,9
A. M. Lisboa	35,2	25,2	14,6	20,4	49,8	45,6
Centro Litoral	37,4	27,4	20,5	22,8	57,9	50,2
Norte Centro Int.	42,5	28,7	24,5	24,1	67,0	52,8
A. M. Porto	40,4	30,4	13,8	16,9	54,2	47,3
Norte Litoral	51,9	31,2	15,6	14,1	67,5	45,3
PORTUGAL	40,4	28,2	18,2	20,2	58,6	48,4

Nota: Jovens (0-14 anos); velhos (65 e mais anos)

FONTE: (NAZARETH, 1987)

país, nos próximos vinte anos, numa situação de grande declínio da fecundidade associada a um grande efeito retorno, o Racio de Dependência Total diminui ligeiramente em quase todas as regiões do espaço português.

Porém, esta relativa estabilidade do Racio de Dependência Total não nos deve iludir: o Racio de Dependência dos Jovens irá diminuir acentuadamente em todas as regiões, mas o Racio de Dependência dos Velhos irá aumentar. Como a diminuição do primeiro índice é maior que o aumento do segundo teremos uma diminuição generalizada do peso dos potencialmente inactivos sobre os potencialmente activos.

Três consequências resultam, como corolários, desta constatação: a tendência para um pequeno aumento dos potencialmente activos (no período 1980-2000 estimamos um aumento de um milhão e meio); a diminuição dos potencialmente inactivos jovens em cerca de meio milhão, no mesmo período (passam a existir condições para uma melhoria qualitativa do sistema de ensino); o aumento dos potenciais inactivos idosos em cerca de meio milhão no mesmo período. Em relação a este último aspecto, podemos verificar no quadro 4 como, no ano de 1987, se espera que as despesas com as pensões e reformas representem 68,2% do total das despesas da Segurança Social e 75,2% do total das prestações.

Os outros dois aspectos não são directamente de natureza demográfica. Em todo o caso, existem alguns detalhes de natureza demográfica que não podem ser ignorados. Assim, no que diz respeito à

passagem da população em idade activa para a população activa, esta processa-se através das taxas de actividade por idade. Em geral, consideram-se as taxas de actividade independentes das variações da fecundidade... a prospectivação elabora séries evolutivas independentes das hipóteses de fecundidade. Ora, a experiência tem demonstrado que tal não acontece assim: as percentagens de activos tendem a aumentar à medida que a fecundidade e o ritmo de crescimento de uma população diminuem.

Resta-nos a questão da repartição entre o emprego e o desemprego. Em princípio, a evolução demográfica não é um factor determinante das variações do emprego. Mas daí a afirmar-se que não é influente vai uma grande distância. Se a chegada das gerações numerosas, nascidas depois da segunda guerra mundial, contribuíram numa certa medida, para a degradação da situação do emprego, não é seguro afirmar que o declínio da fecundidade conduza ao resultado inverso. O envelhecimento dos activos e o aumento da actividade feminina podem implicar um aumento do desemprego. Contudo, não podemos ignorar que a existência de outros factores, como por exemplo a modernização da agricultura, a alteração da estrutura produtiva, podem alterar a linearidade da relação apontada.

c) Um outro grupo de reflexões centra-se nas ligações existentes entre o declínio do crescimento demográfico e o dinamismo do sistema económico e social, em particular no que diz respeito à problemática da inovação, produtividade e progressão

Quadro 4

Evolução das despesas correntes com a Segurança Social no período 1970-1987, em milhões de contos

<i>Tipos de despesa</i>	<i>1970</i>	<i>1975</i>	<i>1980</i>	<i>1984</i>	<i>1985</i>	<i>1986</i>	<i>1987</i>
Prestações pecuniárias	5,4	23,2	87,0	215,0	256,2	347,6	407,2
Prestações familiares	2,2	6,9	8,2	23,0	25,0	31,7	33,6
Doença e maternidade	0,8	4,0	9,0	19,8	22,5	27,5	29,2
Desemprego	—	—	4,5	11,4	13,2	30,5	28,5
Pensões	1,5	11,7	64,2	157,9	194,2	249,6	305,9
Outras prestações	0,9	0,6	1,1	2,9	1,3	8,3	10,0
Ação Social	0,1	0,1	4,9	11,2	14,0	19,4	19,1
Administração	0,9	2,4	7,9	13,7	16,6	19,6	22,4
TOTAL	6,4	25,7	99,8	239,9	286,8	386,6	448,7

FONTE: (INE, 1970/87)

profissional. Foi Sauvy (Sauvy, 1985) de novo quem defendeu o ponto de vista de que ao envelhecimento demográfico está associado um envelhecimento psicológico que impede o progresso das ideias. Uma visão alternativa é a de Macura (Macura, 1980) quando atribui ao crescimento da população um efeito positivo no progresso científico, através do seguinte raciocínio: se a proporção de indivíduos susceptíveis de trazer inovações é fixa e se uma população cresce segundo um volume determinado, o stock de conhecimento aumenta numa percentagem idêntica ao crescimento da população. É evidente que este tipo de argumentação se baseia em valores absolutos e despreza a eficácia do sistema educativo, o qual pode ser afectado por um crescimento demasiado rápido da população.

Uma dimensão mais razoável e interessante de analisar esta questão é a que é feita através da ligação entre a idade e a produtividade. Na realidade, se na maior parte dos países desenvolvidos, as remunerações, pelo menos até aos cinquenta anos, estão correlacionadas com a idade, será que se pode inferir a existência de uma relação positiva entre a idade e a produtividade? As objecções a este modo de ver as coisas são inúmeras. As remunerações incorporam elementos que não estão em ligação directa com a produtividade. São particularmente importantes a antiguidade e as práticas discriminatórias por razões sociologicamente diversas.

Onde existem mais certezas é na situação inversa: a baixa de produtividade a partir de uma determinada idade. Três razões são normalmente mencionadas:

- quando a mão-de-obra envelhece, as suas qualidades físicas, intelectuais e o seu rendimento diminuem;
- quando a mão-de-obra envelhece, torna-se cada vez mais incapaz de se adaptar às novas profissões e aos novos métodos de trabalho da mesma profissão;
- o envelhecimento dos empresários diminui o espírito de iniciativa, o gosto pelo risco, a preocupação pelo aperfeiçoamento técnico.

Consequentemente, teremos uma evolução em três tempos: uma fase curta onde a produtividade cresce com a idade; uma fase longa onde a produtividade é constante e independente da idade; uma fase curta onde a produtividade declina com a idade. A dificuldade deste tipo de argumentação reside fundamentalmente na forma de encontrar as idades

onde se produzem os pontos de inflexão.

Em síntese, podemos afirmar que a incidência do envelhecimento demográfico na produtividade não é muito importante. Apenas é acentuada em algumas profissões específicas. Mais ainda, é provável que as transformações estruturais associadas ao desenvolvimento económico e social do nosso país, em particular o crescimento do sector terciário, atenuem ainda mais o efeito da idade. Todavia, existe um aspecto particularmente importante do envelhecimento demográfico que é o da velocidade de promoção das pessoas. O declínio da fecundidade abranda a mobilidade profissional na medida em que o tempo de presença nos diferentes graus da carreira aumenta à medida que o crescimento da população diminui. O envelhecimento demográfico obriga a alterar as regras de promoção profissional, se não tivermos em consideração a inovação tecnológica.

d) Finalmente, resta-nos considerar o problema que resulta do facto da deformação das estruturas demográficas, ou seja, o envelhecimento alterar as variáveis económicas sensíveis à idade, ao número e à composição dos agregados familiares.

Na realidade, sabemos que o crescimento da dimensão das famílias permite a existência de economias de escala, em particular em matéria de habitação (as famílias numerosas compram fundamentalmente bens duradouros, aumentam a densidade de ocupação de um alojamento, alongam a duração de utilização de automóveis, etc.). Consequentemente, o envelhecimento demográfico e a passagem de famílias numerosas para famílias mais reduzidas — sem falar na questão da alteração dos comportamentos familiares — alteram a estrutura dos padrões de consumo. Também os custos com a saúde e com a reforma aumentam à medida que uma população envelhece. O equilíbrio financeiro dos sistemas de saúde e de reforma tende a degradar-se à medida que a população declina e consequentemente envelhece.

Em função do exposto podemos concluir que ainda é cedo para se estabelecer com precisão qual a incidência do envelhecimento demográfico no conjunto das variáveis do sistema económico e social. A incerteza diminui se inventariarmos as principais conclusões de carácter empírico a que se chegou. No caso concreto do nosso país, o envelhecimento demográfico por enquanto é um potencial de crescimento mas, no futuro, a situação será necessariamente

mente diferente. É urgente a preparação das mentalidades no sentido de se encontrar um projecto para a terceira idade e de compatibilizar os interesses das diferentes gerações.

BIBLIOGRAFIA

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1970-1987) — *Anuários Estatísticos*, Lisboa.
- MACURA, M. (1980) — «Politiques de transition», in *Peuples*, vol. 7, 1, Londres.
- NAZARETH, J. MANUEL (1985) — «A demografia portuguesa do século XX: principais linhas de evolução e transformação», in *Análise Social*, vol. XXI, ICS, Lisboa.
- NAZARETH, J. MANUEL — *Unidade e diversidade da demografia portuguesa no século XX*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (a publicar).
- POPULATION REFERENCE BUREAU (1976-1985) — *World Population Data Sheet*, Washington.
- SAUVY, A. (1966) — *Théorie générale de la population*, PUF, Paris.
- SAUVY, A. (1985) — *De la rumeur à l'Histoire*, Ed. Dunod, Paris.

RESUMO

A partir da 2.ª metade do século XX um novo fenómeno emergiu — o envelhecimento demográfico. Este pode ser de 2 tipos: envelhecimento na base ou no topo da pirâmide de idades consoante resulta, respectivamente, da diminuição da percentagem dos jovens ou do aumento da percentagem de idosos. Estes dois tipos de envelhecimento demográfico estão interligados e têm como causas, um declínio da fecundidade e/ou um aumento dos efectivos nas idades mais avançadas.

Antes de entrar no que diz, mais especificamente, respeito às características demográficas de Portugal, o autor começa por descrever, em traços gerais, as características demográficas da Europa. Na Europa Ocidental e do Norte todos os países são envelhecidos quer na base quer no topo, com duas excepções: a Irlanda e a Islândia. Os países da Europa Oriental são, na generalidade, apenas envelhecidos na base embora com uma tendência para o rejuvenescimento. A Europa do Sul é uma região duplamente envelhecida em que a Albânia é a única excepção. Portugal é dos países mais jovens da Europa do Sul. No Norte de Portugal existe uma elevada percentagem de

jovens enquanto os distritos do Sul são bastante envelhecidos na base. Os distritos da faixa interior do país são muito envelhecidos no topo enquanto os distritos do litoral são relativamente jovens no topo.

Na terceira parte do texto o autor começa por enunciar as grandes teorias que se ocupam das relações entre a evolução demográfica e a evolução económica e social. Por fim analisa as consequências da evolução demográfica recente em Portugal, ou seja, a passagem de uma população de crescimento positivo a uma população de crescimento zero com acentuados níveis de envelhecimento, sobre 1) a capacidade produtiva, 2) o diagnóstico do sistema económico e 3) as variáveis económicas sensíveis à idade, ao número e à composição dos agregados familiares.

ABSTRACT

In the second half of the twentieth century a new phenomenon emerged, the aging of the population. It can occur either at the bottom or at the top of the pyramid of ages and it results, respectively, from a diminished percentage of young people or from an increased percentage of aged people. These two types of demographic aging are interconnected and their causes are either low fecundity and/or growing number of the elder.

Before discussing the demographic characteristics of Portugal, the author describes broadly what happens in Europe. In Western and Northern Europe, all countries have old populations either at the bottom or at the top with two exceptions: Iceland and Ireland. The countries of Eastern Europe are only aged at the bottom of the pyramid of the ages although with a tendency to rejuvenate. Southern Europe is an area aged both at the bottom and at the top being Albania the single exception. Portugal is one of the countries in Southern Europe with a younger population. In the Northern area of the country there is a big percentage of young people while the Southern area is aged at the bottom of the pyramid. The interior departments of the country are aged at the top while the departments along the coast are young at the top.

In the third section of the text the author introduces the main theories dealing with the relationship between demographic evolution on one side and social and economic evolution on the other. Finally he speculates about the consequences of the recent demographic evolution in Portugal, that is, the shift from a population of positive growing to one of zero growing with remarkable levels of aging over 1) the productive capacity, 2) the dynamics of the economic system and 3) the economic variables sensitive to the age, the number of members and the composition of the families.